



"Educação como prática de Liberdade":
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10159 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT04 - Didática

A arquitetura escolar no Brasil e os processos de subjetivação: O prédio que ensina
Gabriel Coelho Fernandes - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Daniele Farias Freire Raic - UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

Agência e/ou Instituição Financiadora: Nenhuma

A ARQUITETURA ESCOLAR NO BRASIL E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: O PRÉDIO QUE ENSINA

Resumo:

Este texto discute a arquitetura e o conforto do ambiente escolar no decorrer da história do Brasil, considerando diferentes possibilidades e funções como ambientação, convivência, vigilância, controle e padronização. Entende que a arquitetura escolar deve promover um local de estímulo às atividades de *ensinoaprendizagem* com contribuição para a diversidade dos estudantes, a criatividade individual e coletiva, favorecendo a troca de conhecimentos entre seus usuários. Para a sua realização foi realizado um mapeamento de diferentes configurações espaciais de edifícios educacionais em diversos projetos no território brasileiro a fim de problematizar como o conforto dos ambientes interfere nas atividades formacionais dos estudantes. Numa abordagem transdisciplinar, esse trabalho garimpa nos bancos de teses e dissertações, nos buscadores da internet e nas vivências dos autores alguns projetos arquitetônicos que ajudam a pensar no ambiente físico como espaços de aprendizagem. Analisado à luz de um referencial teórico consistente, esse estudo sugere que o espaço escolar é um dos fatores muitas vezes inviabilizado no processo de ensino nas escolas brasileiras, todavia, a arquitetura escolar se constitui de um importante dispositivo formacional, atravessado de valores e intencionalidades que vão ao encontro seja do ajustamento e controle, seja da educação para a autonomia e liberdade.

Palavras chave: Arquitetura escolar. Conforto Ambiental. Ambiente que ensina

Introdução

O presente ensaio busca problematizar as implicações da arquitetura escolar nos processos formacionais, cujas repercussões podem ser notadas nos modos de ser e de estar no mundo. Daí, nossa intenção em pensar tais implicações também nos processos de subjetivação. Acreditamos que uma das principais funções dos edifícios escolares é

possibilitar espaços apropriados para o desenvolvimento de atividades, garantindo proteção e conforto aos ocupantes durante o seu uso. Com isso, pressupomos que é a partir de necessidades comuns que se desenvolvem os projetos de arquitetura e engenharia, os quais devem ser adaptados às situações específicas da localidade, como o formato do terreno, acessos, orientação e topografia através do projeto de implantação (SOUZA, 2018).

A literatura demonstra que a utilização de projetos padronizados é comum na história da construção de edificações escolares no Brasil e que o princípio da tipologia escolar se entrelaça com a tipologia industrial. Assim, junto as indústrias do século XVIII e XIX, desenvolve-se também a tipologia escolar, passível de ser encontrada ainda no século XXI. Ao passarem os anos, grande parte dos seus elementos de composição (espaços) e de arquitetura (corpos, ou os elementos físicos) ainda possuem certa relação compositiva e formal com aquelas fábricas do século XVIII-XIX. A padronização, racionalização, reprodução em série, são alguns desses elementos e estão conectadas ao que se considera arquitetura panóptica de Foucault (2005).

Evocamos que a padronização dos projetos nem sempre consegue atender as situações específicas de cada localidade de implantação, tendo como consequência a criação de ambientes inadequados de ensino, com problemas de conforto ambiental, ou seja, do conjunto de condições que permitem ao ser humano sentir bem-estar térmico, visual, acústico e antropométrico e sua condição tem a influência de variáveis ambientais e pessoais. Por isto, analisar as relações do ser humano com o espaço e compreendê-las visando problematizar a influência do ambiente nos processos formacionais é um passo fundamental para que a arquitetura seja trabalhada de forma a favorecer as relações humanas e satisfazer suas necessidades e desejos (SOUZA, 2018).

Este trabalho faz parte de um estudo maior desenvolvido pelo grupo de pesquisa no campo do currículo e da formação, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Trata-se de uma pesquisa guarda-chuva, de natureza transdisciplinar, que visa, dentre outros objetivos, cartografar a produção de subjetividades nas composições curriculares e processos formacionais. Para esse trabalho realizamos um recorte de investigação voltando nosso olhar para as relações entre a arquitetura escolar e os processos formacionais. Realizamos inicialmente um levantamento dos elementos da história da arquitetura escolar no Brasil e suas ressonâncias na atual arquitetura escolar brasileira a fim de problematizar as relações da arquitetura nos processos de *ensinoaprendizagem*. Nosso objetivo é pensar as maneiras como os ambientes escolares vêm sendo construídos, a divisão dos seus espaços e as suas dimensões na medida em que consideramos que o espaço educativo é de grande importância na formação humana.

Em seguida, realizamos um garimpo nos bancos de teses e dissertações, nos buscadores da internet e em nossas vivências projetos arquitetônicos que nos ajudam a pensar no ambiente físico como espaços de aprendizagem. Os achados de pesquisa aqui discutidos nas interfaces entre a Arquitetura e a Didática contribuem para uma discussão mais aprofundada em torno do que aqui afirmamos: o prédio ensina. Dessa afirmação, decorrem as nossas discussões principais: Como são pensados esses prédios? O que aprendemos no ambiente físico escolar? De que maneira os as arquiteturas escolares favorecem os processos de subjetivação dos seus usuários? Não constitui objetivo desse ensaio “responder” tais questões, mas problematizá-las no sentido de somar nossas discussões às tantas outras que visam a reconfiguração dos espaços escolares, tornando-os ambientes que estimulem aprendizagens potentes e afirmadoras da vida criativa.

Um olhar para a história...

Pensar no “prédio que ensina” não é uma discussão nova. Desde o texto *Ratio Studiorum*, base da pedagogia, já tivemos acesso as 467 regras para o funcionamento dos estabelecimentos educacionais da companhia. No entanto, vemos que a preocupação com o conforto e condição espacial do ambiente escolar no país só pode ser percebida em 1933, quando Fernando de Azevedo, diretor geral da Instrução Pública de São Paulo, fundou o Código de Educação do Estado que se baseava no movimento de renovação escolar (NASCIMENTO, 2012). Desde então se tornou uma meta

[...] propagar a nova política das construções escolares, ampliando em todas as camadas sociais a consciência da necessidade de cada escola possuir instalações pedagógicas que façam dele centro de saúde e alegria, ambiente de educação estética e fator de nacionalização (Código Escolar, artigo 32, apud BUFFA; PINTO, 2002, p. 67).

Essa tipologia da arquitetura escolar no Brasil surgiu da mesma maneira que em outras partes do mundo, refletindo os acontecimentos na Europa. Segundo a Fundação para o Desenvolvimento da Educação (FDE), “[...] desde o século XIX, vários órgãos do poder público foram responsáveis pelo planejamento, construção e manutenção dos estabelecimentos de ensino no Brasil, com várias tentativas de se traçar diretrizes ou ‘padrões’ para a construção das edificações escolares” (KOWALTOWSKI, 2011, p.82). Vemos que as escolas funcionavam em locais precários, muitas vezes improvisados e inapropriados, quando ainda não se podia distinguir um tipo, seja na casa de um professor, associado a paróquias, ou nas dependências das Câmaras Municipais antes de se tornarem edifícios “oficiais”. Nesses ambientes na maior parte das vezes não existiam boas condições de iluminação e ventilação, nem mobiliário e higiene necessários para o desenvolvimento das atividades (KOWALTOWSKI, 2011).

Constatamos que até 1930 houve algumas variações nas configurações dos edifícios ligadas a variações na compreensão do espaço, porém, os elementos básicos se apresentavam na maior parte inalterados, bem como a maneira de conectá-los. Entre 1960 e 1990 no Brasil, percebemos uma nova concepção arquitetônica, como defendeu o arquiteto Villanova Artigas, começando a utilizar, por exemplo, elementos pré-fabricados utilizados ainda hoje nos projetos da FDE. Os pátios continuavam a ser um dos elementos de composição importantes na tipologia escolar. Esse arquiteto mostrou novos elementos de arquitetura em seus projetos, antes não utilizados para este fim: cobertura única para construções lineares e apropriação dos desníveis.

Em que pese essa preocupação arquitetônica, vemos que as escolas continuavam/continuam funcionando em locais precários, muitas vezes improvisados e inapropriados. Na maioria das vezes não há preocupação com as boas condições de iluminação e ventilação, nem mobiliário e higiene necessários para o desenvolvimento das atividades.

Uma nova tipologia escolar no século XXI

A literatura evidencia que a expressão dominante do século XXI valoriza ambientes de ensino mais flexíveis e adaptáveis para usos que poderiam ser em um momento para aula tradicional/palestra e em outros para conversas em grupos ou prática de expressões corporais. Os espaços também podem ser reformulados a partir do conceito de parâmetros de projeto criando-se áreas casuais de alimentação (além do refeitório); espaços com

tecnologia distribuída; locais para estudo individual ou introspecção como em *cave spaces*; elementos de assinatura local para cada edifício projetado, que façam dele único; *learning streets* como substituição dos corredores de passagem, entre diversos outros aspectos. Assim, o edifício escolar do século XXI tem sido considerado um terceiro professor, compartilhando a função do processo formacional, juntamente com os pais e professores dos alunos.

No contexto atual compreendemos que os espaços escolares devem se afastar da tipologia das escolas do século XIX que organizavam o espaço com base no dogma de controle e disciplina rigorosa: carteiras dispostas em fila, o educador em posição de destaque, além do estado permanente de vigilância da classe através dos visores nas portas das salas de aula. O panorama atual brasileiro vem considerando a unicidade com o projeto pedagógico, de forma a criar ambientes propícios aos alunos. Notamos a preocupação com o conforto ambiental e a valorização dos mobiliários ajustados em que o *design* estimule o aprendizado.

Cabe registrarmos que o ambiente escolar comunica através de seus elementos arquitetônicos quais posturas deseja que o ser humano que nele convive deve apresentar. Foucault (2005), em sua obra *Vigiar e Punir* argumentou que este fenômeno social disciplinar é observado a partir de uma regulação nas práticas punitivas instituídas na escola, contrapondo, por exemplo, a outras correntes que elevam ao sentido literal de punir. Há muitos significados que podem ser abordados em repreender um aluno, que pode até mesmo ser entendido como uma forma de orientá-lo a fazer o validado como certo dentro de um padrão pré-estipulado. Compreendemos que a noção de poder trabalhada na filosofia política ainda está presa à clássica forma de associar poder com a punição e com a máquina abstrata que, segundo Deleuze (1991), refere-se às formações discursivas baseadas no próprio diagrama feito por Foucault na determinação dos espaços e das relações de poder, enquanto que o agenciamento se refere ao espaço físico.

Portanto, podemos dizer que somos formatados pela arquitetura escolar, respondendo a uma concepção de educação que o corpo não deve se mexer. A escola vem insistindo numa formatação em ambientes feitos para que os alunos não se mexam impedindo muitas interações, sendo muitas vezes uma interação controlada – “olha para frente”, “não vira para o lado”, “não se mexa”, “fique sentado”. Lembramos que essas ordens estão todas inscritas nas edificações e, desse modo, convidamos nossos leitores a refletirem a questões: a concepção de educação atual pede qual arquitetura? Será que não estamos com uma concepção de arquitetura de um tempo que já passou?

Nos dias de hoje ainda é possível observar várias escolas que foram construídas para propiciar vigilância, como um objetivo da educação. Sendo esta uma vigilância de seus pensamentos e de seu comportamento, que obrigatoriamente devem ser semelhantes ao da organização escolar vigente. Por fim, consideramos que a educação de qualidade não reside apenas nas técnicas e nas tecnologias utilizadas pelos professor, mas o espaço de ensino em que os estudantes frequentam também possui um grande peso em seu aprendizado, uma vez que requisitos de conforto acústico, térmico, luminotécnico e, até mesmo, paisagístico influenciam diretamente nas relações dos estudantes com o conhecimento que produzem.

Considerações Finais

Esse estudo caminha na direção de continuarmos problematizando as questões que envolvem a arquitetura escolar como “terceiro professor”. Nos dias de hoje, a percepção de

que a arquitetura dos espaços de educação contribui com a qualidade do ensino já é melhor compreendida pela população, entretanto, muitas escolas brasileiras ainda apresentam condições precárias em seus ambientes. As principais condizem com conforto ambiental insatisfatório e programa de necessidades pouco diversificado.

O estudo realizado sugere a necessária arquitetura *do lugar e do programa*, ambas, projetos coletivos de autoria coletiva. O projeto arquitetônico está inserido numa tríade em que o projeto pedagógico e o projeto de gestão (e aqui nós entendemos uma gestão intersetorial que vai além das secretarias municipais de educação, deve haver outras secretarias, no mínimo cultura saúde) e também com a participação de baixo pra cima da sociedade. Por isto, o projeto arquitetônico é fundamental, mas é apenas o corpo. A vida é o projeto pedagógico e a alma ou a vida ativa é o projeto de gestão. Sem um projeto de gestão intersetorial, intersecretarial, pensando na comunidade local, completamente engajada de baixo pra cima, construindo programas juntos, é muito difícil um projeto físico espacial arquitetônico se sustentar.

Referências

BUFFA, Ester & PINTO, Gelson. A Arquitetura e Educação: Organização do espaço e propostas pedagógicas dos grupos escolares paulistas, 1893/1971. São Carlos: EdUFSCar / INEP, 2002.

DELEUZE, Gilles. Foucault. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. Arquitetura escolar: o projeto do ambiente de ensino. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

SOUZA, Larissa Negris de. Arquitetura escolar, parâmetros de projeto e modalidades de aprendizagem. 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, SP, 2018.